

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.163.345 - PA
(2017/0233260-4)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : ALDAIR FEITOSA GOMES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. LESÃO CORPORAL DE NATUREZA GRAVE. SANÇÃO BÁSICA. AVALIAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE, DA CONDUTA SOCIAL E DAS CIRCUNSTÂNCIAS BEM FUNDAMENTADA. VERIFICAÇÃO DA REAL CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE DA VÍTIMA E AVALIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DA SURPRESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. AUMENTO DA PENA-BASE PROPORCIONAL. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Deve ser mantida a valoração negativa da culpabilidade diante da covardia do réu em agredir a socos vítima mulher. Nessa extensão, verificar se a ofendida era realmente mais vulnerável demanda o reexame do conteúdo fático-probatório dos autos.
2. Os relatos de que o réu era dado a contendas com os vizinhos e que se impunha mediante violência justificam a consideração desfavorável da sua conduta social.
3. A surpresa do ataque fundamenta idoneamente a avaliação negativa das circunstâncias do delito. Além disso, avaliar se há nos autos comprovação do elemento surpresa demanda o reexame das provas.
4. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a se considerar o mínimo e o máximo cominados ao crime de lesão corporal de natureza grave – 2 a 8 anos de reclusão – não se mostra desproporcional o aumento da pena-base em 6 meses por vetorial avaliada prejudicialmente.
5. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima

Superior Tribunal de Justiça

indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**